



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

ISSN: 1981-1411

Universidade Federal da Bahia

Ferreira, Roquinaldo; Reginaldo, Lucilene
VIDA E MORTE DE UM PRÍNCIPE DO CONGO: NICOLAU DE ÁGUA ROSADA
E O FIM DO TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS NA ÁFRICA CENTRO-OCIDENTAL
Afro-Ásia, núm. 65, 2022, pp. 246-280
Universidade Federal da Bahia

DOI: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i65.45014>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77073701006>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

UABEM [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

VIDA E MORTE DE UM PRÍNCIPE DO CONGO: NICOLAU DE ÁGUA ROSADA E O FIM DO TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS NA ÁFRICA CENTRO-OCIDENTAL*

Roquinaldo Ferreira  


Universidade da Pensilvânia

Lucilene Reginaldo  

Universidade Estadual de Campinas

Em fevereiro de 1860, Nicolau de Água Rosada, membro de uma das mais influentes famílias da aristocracia política do Congo, foi brutalmente assassinado em Quissembo, localidade a poucos quilômetros ao norte do território de Ambriz.¹ A motivação do crime remete a um contexto político amplo em termos factuais e cronológicos. Tratado como um pária, o príncipe congolês se viu acusado de vender aos brancos (portugueses) “não só o Ambriz mas como o território das minas de cobre no Bembe”, pertencentes ao reino do Congo.² Nicolau, na ocasião de sua morte, era funcionário da administração portuguesa em

* Somos muito gratos a João José Reis pelos comentários, correções e preciosas sugestões. Lucilene Reginaldo agradece o apoio concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na forma de uma bolsa de produtividade em pesquisa (nível 2).

1 Desde 1718, três linhagens (ou famílias) concentravam o poder político no Congo: os Kimpazu, os Kinlaza e os de Água Rosada, fruto de enlases matrimoniais entre as duas anteriores. John K. Thornton, “Master or dupe? The reign of Pedro V of Kongo”, *Portuguese Studies Review*, v. 19, n. 1-2 (2011), p. 116. Entre 1764 e 1857, a família de Água Rosada forneceu a maioria dos titulares de São Salvador. Ver Susan Herlin Broadhead, “Beyond decline: the Kingdom of the Kongo in the eighteenth and nineteenth centuries”, *The International Journal of African Historical Studies*, v. 12, n. 4 (1979), p. 630 . Para o contexto geral, ver Jelmer Vos, *Kongo in the Age of Empire, 1860-1913: The Breakdown of a Moral Order*, Madison: University of Wisconsin Press, 2015, cap. I; John Thornton, *A History of West Central Africa to 1850*, Nova York: Cambridge University Press, 2020.

2 “Ofício de Saturnino de Souza e Oliveira em 29 de março de 1860”, *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática*, ano 18, n. 34 (2019), p. 542.

Ambriz, ali alocado desde 1857 como escrivão da delegação da Junta da Fazenda Pública.³ Jovem educado na cultura ocidental, tinha sido enviado a Lisboa, quinze anos antes, como representante do Congo, após seu pai, Henrique II, ter assinado um tratado com Portugal que incluía a proibição de embarques de escravos no território do reino africano. Este e outros termos do tratado têm relação direta com o destino trágico de Nicolau.

Ao que tudo indica, os últimos momentos do príncipe congolês foram marcados por angústia, desespero e caos. Seu triste fim começou a ser traçado quando deixou Ambriz em busca de refúgio em Quissembo, com receio de que o governo de Luanda mandasse prendê-lo em razão de sua manifestação pública contrária à intervenção de Portugal numa crise de sucessão que então se desenrolava no reino do Congo. Tal temor, diga-se de passagem, coloca em xeque a acusação – que levou Nicolau à morte – de que era partidário dos portugueses. Em Quissembo, o príncipe pernitoitou em uma feitoria britânica, de onde planejava embarcar num navio de guerra da mesma bandeira, tendo o Brasil como possível destino para seu exílio. No entanto, quando despertou de manhã, viu-se no centro de uma cena caótica, com a feitoria cercada por um grande número de pessoas armadas que ameaçavam queimá-la a menos que os britânicos o entregassem.

O que se seguiu foi um tenso impasse cujo resultado já sabemos. Vários comerciantes estrangeiros – o comércio internacional estava em ascensão em Quissembo – ofereceram-se para pagar um resgate para que a vida do nobre africano fosse poupada. No entanto, o líder da multidão enfurecida respondeu categoricamente que “nem mesmo todos os bens da África o salvariam”.⁴ Segundo o governador de Angola, José Rodrigues do Amaral, James Morgan, diretor da feitoria britânica, teria decidido “entregar” Água Rosada à “fúria dos negros com medo de ser ele próprio a sua vítima”.⁵ Outros relatos sugerem, no entanto, que o próprio príncipe

3 Alfredo de Sarmiento, *Os Sertões d'África*, Lisboa: F. A. da Silva, 1880, p. 67.

4 The National Archives of the UK (TNAUK), Kew, Foreign Office (FO), 84/1105, *Letter of James Morgan*, 25 fev. 1860.

5 TNAUK, FO 84/1105, *Ofício do Governador de Angola*, 24 fev. 1860.

africano teria decidido abandonar as instalações, “confiando que nenhum mal lhe seria feito em Quissembo”.⁶ O equívoco de Nicolau foi fatal: ele foi assassinado, esquartejado e decapitado.

A morte de Água Rosada ocorreu em meio a intensas disputas entre Portugal e a Grã-Bretanha em torno da campanha para coibir o comércio transatlântico de escravizados e do controle do chamado comércio legítimo. A partir da década de 1840, a Grã-Bretanha enviou uma força naval para a costa da África para combater os embarques de escravizados para Brasil e Cuba – na época os únicos mercados para novos cativos africanos nas Américas.⁷ Apesar desse empenho dos britânicos, entre 1855 e 1866, cerca de cem mil pessoas foram tragadas pelo Atlântico para as plantações, sobretudo de cana, e para cidades de Cuba, segundo o banco de dados *Slave Voyages*.⁸ A grande maioria foi embarcada em Ambriz, Cabinda e Molembo, regiões disputadas entre Portugal, que as reclamava como suas, e a Grã-Bretanha, que as considerava territórios livres. Dessas regiões, o Ambriz era particularmente cobiçado em razão da proximidade com Luanda e do potencial econômico para substituir o comércio transatlântico de escravos, em franco declínio.

As investidas das autoridades de Luanda sobre a região – o que incluiu campanhas militares de peso – datam do final do século XVIII.⁹ Embora a justificativa fosse o combate ao chamado contrabando e ao avanço de traficantes de diferentes nacionalidades europeias em regiões ao norte de Luanda, o objetivo também era o enfrentamento dos poderes autônomos africanos, cujos interesses eram entrelaçados com os negócios dos europeus. Mas apesar da “edificação do presídio de Encoge em 1759; as campanhas de Cabinda, 1787; as de Ambriz e Mossul em 1792;

6 TNAUK, FO 84/1105, *Testimony by W. Arts*, 20 fev. 1860.

7 François Latour da Veiga Pinto, *Le Portugal et le Congo au XIXe siècle: étude d'histoire des relations internationales*, Paris: P.U.F., 1972; Roger Anstey, *Britain and the Congo in the Nineteenth Century*, Nova York: Oxford University Press, 1962.

8 *Slave Voyages* ☒.

9 Maria Cristina Cortez Wissenbach, “Dinâmicas históricas de um porto centroafricano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico atlântico de escravos (1840-1870)”, *Revista de História (São Paulo)*, n. 172 (2015), p. 167 ☒.

as guerras dos dembos rebeldes em 1793-1794”, o pretendido domínio sobre as regiões e portos do norte permanecia instável e delicado.¹⁰

O contexto acima ajuda a entender porque as notícias sobre a morte de Água Rosada provocaram indignação entre as autoridades coloniais em Luanda, que de imediato organizaram uma expedição de represália ao povo do Quissembo. Na visão do governador José Rodrigues do Amaral, tal punição seria imprescindível para evitar um levantamento maior na região, que poderia ter graves consequências para projetos expansionistas portugueses.¹¹ Sob o comando de Amaral, uma expedição composta por 110 soldados regulares, cerca de quatrocentos recrutas africanos e dois navios de guerra foi enviada para Quissembo. Segundo o viajante britânico Richard Burton, que visitou Luanda alguns anos depois da expedição punitiva, soldados portugueses incendiaram o povoado central do Quissembo, que ficava a alguns quilômetros da costa.¹² A punição imposta aos africanos não parece ter ido muito além da destruição da dita povoação, que se encontrava abandonada, diga-se de passagem. A reação africana, por seu turno, foi avassaladora e pôs as forças militares portuguesas em debandada.¹³ No final, o que se configurou foi um fiasco militar com pesadas baixas às tropas governamentais, que parece ter influenciado o fim precoce da gestão de Coelho do Amaral no governo de Angola.¹⁴

Apesar da indignação com a morte de Nicolau – e, possivelmente, muito mais com audácia da resistência africana aos projetos lusitanos de ocupação e controle territorial do norte de Angola –, o establishment político de Luanda culpou o próprio príncipe africano pela sua morte.

10 Wissenbach, “Dinâmicas históricas de um porto centro-africano”, p. 167.

11 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Segunda Seção de Angola (SSA), pasta 26.1, *Ofício do Governador de Angola*, 10 mar. 1860,

12 Richard Burton, *Two Trips to Gorilla Land and the Cataracts of the Congo*, Londres: Sampson Low, Marston, Low and Searle, 1876, v. II, p. 55.

13 “Ofício de Saturnino de Souza e Oliveira em 29 de março de 1860”, p. 537.


14 AHU SSA, pasta 27, *Relatório do Comandante da Corveta Goa*, 10 mar. 1860; pasta 26.1, *Ofício do Governo do Ambriz*, 19 abr. 1860. Ver também John Guy Vassar, *Twenty Years around the World*, Nova York: Rudd & Carleton, 1861, p. 593.

Segundo o governador Coelho do Amaral, Nicolau havia morrido em decorrência de sua participação em uma conspiração que o britânico Edmond Gabriel e o brasileiro Saturnino de Souza e Oliveira – dois diplomatas estrangeiros que serviam em Luanda – teriam orquestrado contra as políticas de Portugal em relação ao reino do Congo. A questão mais imediata, se assim podemos dizer, foi um tratado de vassalagem que o recém-coroadado rei do Congo, Pedro V, tinha assinado com Portugal. Na opinião de Nicolau, manifestada em uma carta-protesto publicada num jornal português, o tratado rompia com as tradições ao reduzir o reino africano ao papel de caudatário dos portugueses.¹⁵ Para as autoridades de Luanda, no entanto, os verdadeiros autores do protesto teriam sido os diplomatas estrangeiros e Nicolau seria apenas uma marionete.

Do ponto de vista historiográfico, os eventos que envolveram a vida e a morte de Nicolau de Água Rosada já têm sido há muito tempo objeto de análises por especialistas. De acordo com o historiador Douglas Wheeler, o príncipe congolês foi “o primeiro africano de alguma importância a usar métodos ocidentais para expressar sentimentos nacionalistas”.¹⁶ François Bontinck faz um contraponto a esta interpretação um tanto anacrônica, propondo outra que, de certo modo, ecoa a compreensão mais corrente na época entre as autoridades portuguesas. Na visão dele, Água Rosada teria sido vítima de manipulação – mais especificamente, do comissário britânico Edmond Gabriel.¹⁷

Embora não trate centralmente do príncipe do Congo, René Pélissier apresenta sua trajetória no contexto dos conflitos que marcaram o projeto de ocupação portuguesa do norte de Angola. Movimento semelhante faz Jill Dias, para quem o personagem foi usado pelos

15 Arquivo Histórico de Angola (AHA), Luanda, cód. 69, fl. 55v-56v, *Ofício do Governador de Angola*, 25 fev. 1860.

16 Douglas Wheeler, “Angola is Whose House? Early Stirrings of Angolan Nationalism and Protest, 1822-1840”, *African Historical Studies*, v. 2, n. 1 (1969), p. 4 ; Douglas Wheeler, “Nineteenth-Century African Protest in Angola: Prince Nicolau of Kongo (1830?-1860)”, *African Historical Studies*, v. 1, n.1 (1968), p. 40.

17 François Bontinck, “Notes Complémentaires sur Dom Nicolau Água Rosada e Sardonía”, *African Historical Studies*, v. 2, n. 1 (1969), pp. 101-119.

diplomatas britânico e brasileiro.¹⁸ O ponto comum entre os estudos acima mencionados é a relativa desatenção ao contexto do fim do tráfico na África Centro-Occidental, assim como certo desconhecimento (ou desinteresse) em relação às pretensões brasileiras em Angola – pano de fundo crucial para entender os eventos em torno do assassinato de Água Rosada.

Mais recentemente, o historiador John Thornton, ao analisar a ascensão do rei do Congo Pedro V e sua relação com os portugueses, atribuiu a morte de Água Rosada à “pirataria e banditismo” no Quissembo, em vez de à oposição africana à expansão territorial lusitana.¹⁹ Já o estudioso Frederico Ferreira, ao explorar os laços do Brasil com a África Centro-Occidental nos últimos anos do comércio transatlântico de escravos, argumenta que o príncipe africano era um homem entre dois mundos, depreciado pela sociedade luso-angolana e desprezado em sua terra natal.²⁰ Por fim, Thiago Sapede enfatiza a jornada pessoal de Água Rosada entre a África e a Europa. Em vez de posicionamento político, a postura diante da intervenção portuguesa no Congo seria uma manifestação do anseio de se mudar para o Brasil, após descobrir-se incapaz de se inserir na sociedade portuguesa ou na congoleza.²¹

Neste artigo, a trajetória de Nicolau de Água Rosada serve como fio condutor para analisar a conjuntura final do tráfico de escravos em Angola e Congo. O que se propõe é um exercício de micro-história, aos moldes de vários trabalhos publicados nas últimas décadas no âmbito da historiografia do tráfico e do *Black Atlantic*, que enfatiza e prioriza

18 René Pélissier, *História das Campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)*, Lisboa: Editorial Estampa, 1986, v. 2, pp. 128-132; Jill Dias, “Angola” in Jill Dias e Valentim Alexandre (orgs.), *O Império Africano (1825-1890)* (Navarra: Círculo de Leitores, 1998), p. 431.

19 Thornton, “Master or Dupe?”, p. 121.








20 Frederico Antonio Ferreira, “O Imperador e o Príncipe: A Participação do Governo Imperial Brasileiro na Questão Dinástica no Reino do Congo (1857-1860)”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015 ☒.

21 Thiago Sapede, “Le roi et le temps, le Kongo et le monde. Une histoire globale des transformations politiques du Royaume du Kongo (1780-1860)”, Tese (Doutorado em História e Civilizações), École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2020, p. 482 ☒.

a atenção aos detalhes de uma história (ou de uma vida) – por vezes, aparentemente irrelevantes – em diálogo com o contexto histórico envolvente.²² Argumentamos que a trajetória do príncipe africano só ganha sentido pleno se situada em função dos múltiplos atores e interesses geopolíticos que marcaram o fim dos embarques de cativos para as Américas. Do rei congolês Pedro V, que somente chegou ao poder devido ao apoio militar português, ao papel da Inglaterra enquanto contrapeso aos projetos expansionistas portugueses, assim como o restabelecimento do consulado brasileiro em Luanda, em 1855, a vida de Água Rosada se entrelaça com temas centrais da época.

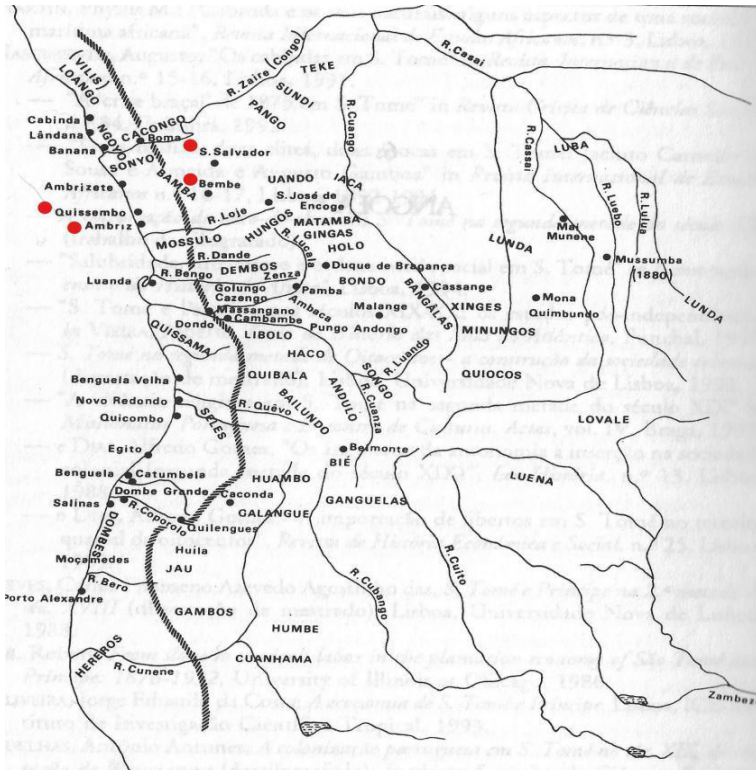
Ambriz e Congo

O fato de Nicolau de Água Rosada ter perdido a vida logo após sua saída de Ambriz, cuja conquista por tropas despachadas pelo governo de Luanda ocorrera havia apenas quatro anos, chama atenção para o expansionismo territorial de Portugal na África Centro-Occidental. Composta por 600 soldados apoiados por três navios de guerra, a ocupação de Ambriz arregimentou e consumiu consideráveis recursos militares. A expedição militar sob o comando de José Rodrigues do Amaral – talvez a primeira com a participação de um governador de Angola tão longe da sede da

22 Tonio Andrade, “A Chinese Farmer, Two African Boys, and a Warlord: Toward a Global Microhistory”, *Journal of World History*, v. 21, n. 4 (2010), pp. 573-575 ; John-Paul Ghobrial, “The Secret Life of Elias of Babylon and the Uses of Global Microhistory”, *Past & Present*, v. 222, n. 1 (2014), pp. 51-93 ; Olatunji Ojo, “Amazing Struggle: Dasalu, Global Yoruba Networks, and the Fight against Slavery, 1851-1856”, *Atlantic Studies: Global Currents*, v. 12, n. 1 (2015), pp. 5-25 ; Lisa Lindsay, “The Autobiography of Jacob Von Brunn, from African Captive to Liberian Missionary”, *Slavery & Abolition*, v. 37, n. 1 (2016), p. 14 ; Keila Grinberg, “The Two Enslavements of Rufina: Slavery and International Relations on the Southern Border of Nineteenth-Century Brazil”, *Hispanic American Historical Review*, v. 96, n. 2 (2016), pp. 259-290 ; John-Paul Ghobrial, “Seeing the World like a Microhistorian”, *Past & Present*, v. 242, sup., n. 14 (2019), pp. 5-9 ; Jesús Bohorquez, “Microglobal History: Agencia, Sociedad y Pobreza de la Historia Cultural Postestructural”, *Historia Crítica*, n. 69 (2018), pp. 79-98 .

colônia – evidenciou a relevância geopolítica que o governo de Luanda atribuiu à tomada de Ambriz.²³

Figura 1
Angola, século XIX



Fonte: Jill Dias e Valentim Alexandre (orgs.), *O Império Africano (1825-1890)*, Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 320. Os destaques das localidades foram feitos pelos autores deste artigo.


Nesse sentido, a expedição foi impulsionada por dois objetivos. Em primeiro lugar, ao enviar centenas de soldados para ocupar Ambriz, o governo de Luanda atacava direta e ostensivamente o comércio

23 TNAUK, FO 84/906, fl. 147-149, *Dispatch by Jackson*, 18 maio 1855. Ver também Burton, *Two Trips to Gorilla Land and the Cataracts of the Congo*, p. 45; Pélissier, *História das Campanhas de Angola*, pp. 126-127.

transatlântico de escravos, dando um claro sinal do alinhamento de Portugal com a campanha contra este tráfico, peça central para o equilíbrio das relações diplomáticas com a Grã-Bretanha. Em segundo lugar, ao assumir o controle de Ambriz, o governo de Luanda procurou travar o avanço de comerciantes britânicos e norte-americanos, que representavam uma ameaça aos propósitos portugueses de constituir uma economia pós-tráfico em Angola e no baixo Congo – onde o Ambriz estava localizado.²⁴

Nesse contexto, se destacava um próspero comércio de cobre que conectava Ambriz à região do Bembe. Fazemos um parênteses apenas para recordar que aqueles que atacaram e mataram Nicolau acusavam-no de ter vendido aos portugueses as terras de Ambriz e as minas de cobre do Bembe. Em 1855, o comissário britânico instalado em Luanda, Edmond Gabriel, relatou que “o comércio de minério de cobre naquele local tem aumentado consideravelmente, e uma quantidade muito maior dele foi enviada para a Inglaterra e os Estados Unidos no ano passado do que em qualquer ano anterior”.²⁵ Mais tarde, Gabriel estimou que os britânicos haviam exportado 255 toneladas.²⁶ O mesmo comissário reconheceu que a ocupação portuguesa teve um impacto instantâneo e efetivo sobre o vantajoso negócio, pois “o comércio de minério de cobre, que anteriormente era praticado em grande medida entre os agentes britânicos em Ambriz e os nativos conhecidos como “homens do Bembe”, foi interrompido”.²⁷

Embora a tomada de Ambriz tenha interrompido as redes do comércio de cobre no curto prazo, este logo se recuperou, em grande parte porque os comerciantes estrangeiros procuraram se instalar em regiões vizinhas para dar continuidade aos seus negócios. Em 1857,

24 Roquinaldo Ferreira, “The Conquest of Ambriz: Colonial Expansion and Imperial Competition in Central Africa”, *Mulemba: Revista Angolana de Ciências Sociais*, v. 5, n. 9 (2015), pp. 221-242 .

25 TNAUK, FO 84/906, fl. 171-174, *Dispatch by Gabriel and Jackson*, 11 jun. 1855.

26 Edmond Gabriel, “Summary of observations on the state of the slave trade on April 15 1859” in *Correspondence with the British Commissioners at Sierra Leone, Havana, the Cape of Good Hope, and Loanda from April 1, 1859 to March 31, 1860* (Londres: Harrison and Sons, 1860), p. 40.

27 TNAUK, FO 84/985, fl. 464-466v, *Dispatch by Gabriel and Jackson*, 1 dez. 1856.

havia quatro feitorias no Quissembo. Os primeiros a se estabelecerem no local foram os britânicos, mas chefias africanas deixaram claro que “qualquer branco que fosse para lá poderia fazer o mesmo [se envolver nos negócios]”.²⁸ Os norte-americanos logo se juntaram aos britânicos. De acordo com Edmond Gabriel, “as casas de Liverpool e Salem, que durante vários anos realizaram um comércio valioso em Ambriz, estabeleceram-se recentemente em um lugar chamado Quissembo, cerca de três milhas ao norte do rio Loje, que está rapidamente absorvendo todo o comércio do antigo local”.²⁹

É nesse contexto que deve ser entendido o envio de uma segunda expedição para o baixo Congo, desta vez com o intuito de ocupar as minas de cobre do Bembe, localizadas a cerca de 200 km de Ambriz.³⁰ Até então, o comércio interno era feito por africanos que viajavam do interior para a costa para vender cobre aos britânicos e norte-americanos. Com a ocupação militar, no entanto, o fluxo do metal para a costa foi interrompido, como se constata através do relatório de um comandante naval britânico em 1858. Segundo o militar, que havia visitado a região, o “comércio [do Quissembo] foi muito prejudicado pelos portugueses, que monopolizavam o comércio no interior, impedindo-o de chegar à costa marítima”.³¹

É importante ressaltar que o impacto da ocupação portuguesa se estendeu para além da esfera econômica, pois o Bembe ficava a poucos dias de viagem da capital do reino do Congo, Banza Congo, e os portugueses se valeram de sua presença militar para influenciar a política interna do reino africano. Um dado crucial foi uma crise sucessória que ganhava corpo devido ao declínio da saúde do rei Henrique II, que era o pai do

28 AHU, Papéis de Sá da Bandeira, maço 827, *Extrato de Ofício Confidencial do Governador de Angola*, 1 ago. 1857.

29 TNAUK, FO 84/1043, fl. 121-150, *Report on the state of the slave trade by Gabriel*, 25 fev. 1858.

30 Sarmento, *Os Sertões d'África*, p. 16.

31 “Commodore Wise to Rear Admiral Sir F. Grey on May 19 1858, Class A” in *Correspondence with the British Commissioners and Reports from British Vice-Admiralty Courts and From British Naval Officers relating to the Slave Trade from April 1, 1858 to March 31, 1859*, Londres: Harrison and Sons, 1859, p. 168.


príncipe Nicolau de Água Rosada. Após receber a visita de emissários dos portugueses, o soberano congolês colocou “a si, ao Estado e aos seus súditos sob a proteção imediata” da coroa portuguesa.³² Aproveitou depois para pedir apoio contra Álvaro Ndongo, um dos aspirantes ao trono. O falecimento do rei, em janeiro de 1857, daria início a um período de extrema turbulência, com várias facções lutando pelo poder, e a presença de tropas no Bembe tornaria os portugueses peças-chaves na crise sucessória.³³

Diplomacia britânica

A história de Água Rosada esteve intimamente ligada à trajetória do comissário britânico que forneceu as cartas que permitiram ao príncipe africano refugiar-se em Quissembo. Edmond Gabriel era um dos dois oficiais britânicos da comissão mista luso-britânica em Luanda, instalada após um tratado contra o comércio de escravos celebrado em 1842. Além de terem como função principal servir como juizes nos julgamentos de navios negreiros apreendidos por ingleses e portugueses, os comissários atuavam em estreita colaboração com comandantes de cruzadores antitráfico na costa.³⁴ Como Huzzey observa, “além de suas funções judiciais, os tribunais da Comissão Mista faziam parte de uma rede global antiescravagista”.³⁵

32 François Bontinck, “Pedro V, Roi de Kongo, Face au Partage Colonial”, *Africa*, v. 37, n. 1-2 (1982), p. 6.

33 Thornton, “Master or Dupe?”, p. 119.

34 Richard Huzzey, *Freedom Burning: Anti-Slavery and Empire in Victorian Britain*, Nova York: Cornell University, 2012, p. 49. Ver também Dennys Lypka, “The Slave Trade Department of the British Foreign Office and the Suppression of the Transatlantic Slave Trade, 1819-1854”, Dissertação (Mestrado em História), University of Calgary, Calgary, 1977, p. 134; Sara ElGaddari “His Majesty’s Agents: The British Consul at Tripoli, 1795–1832”, *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, v. 43, n. 5 (2015), pp. 770-786 .

35 Richard Huzzey, *Freedom Burning: Anti-Slavery and Empire in Victorian Britain*, Nova York: Cornell University, 2012, p. 49. Ver também Jenny Martinez, *The Slave Trade and the Origins of International Human Rights Law*, Nova York: Oxford University Press, 2012, pp. 67-99.

Um ano após a sua criação, em 1845, a Comissão Mista de Luanda já havia julgado quinze navios apreendidos ao longo da costa de Angola acusados de tráfico de escravos.³⁶ No entanto, o tribunal perdeu importância com a criação de uma corte do almirantado britânico na ilha de Santa Helena – território britânico que podia ser alcançado em poucos dias numa viagem de navio a partir de Angola –, que se tornou a principal instância para julgar negreiros capturados na África Centro-Occidental. De acordo com Johnson Asiegbu, essa mudança atendia ao interesse britânico de usar tais tribunais (existia outro em Sierra Leoa) para arregimentar mão de obra forçada para colônias britânicas no Caribe.³⁷ No entanto, é possível que a mudança tenha resultado do simples fato de que o tribunal de Santa Helena era mais eficaz do que a Comissão Mista de Luanda.³⁸

A nomeação para a comissão mista não foi a primeira experiência de Gabriel na campanha contra o comércio transatlântico de escravos. Antes tinha sido oficial da marinha britânica, à qual serviu nos cruzeiros contra o tráfico na costa da África. Em 1842, por exemplo, tropas de dois navios de guerra britânicos invadiram barracões de escravos em Ambriz, Cabinda e Ponta da Lenha.³⁹ Em Cabinda, destruíram barracões que pertenciam a Manoel Pinto da Fonseca, um conhecido traficante de escravos do Rio de Janeiro, que ajuizou uma ação buscando compensação financeira pela operação britânica. De acordo com o traficante, que viu sua ação rejeitada, ele havia perdido 1.200 francos em mercadorias, além de

36 TNAUK, FO 84/572, fl. 358-375, *Report on the state of the slave trade*, 31 dez. 1845.

37 Johnson Asiegbu, *Slavery and the Politics of Liberation 1787-1861: A Study of Liberated African Emigration and British Anti-Slavery Policy*, Londres: Longmans, Green and Co., 1969, pp. 127-129. Ver também: Beatriz Mamigonian, *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 187.

38 Na Cidade do Cabo, por exemplo, enquanto este tribunal condenou 74 navios negreiros, a comissão mista anglo-portuguesa condenou apenas 3. Ver Patrick Harries, “The Hobgoblins of the Middle Passage: The Cape of Good Hope and the Transatlantic Slave Trade” in U. Schmieder, K. Füllberg-Stolberg e M. Zeuske (eds.), *The End of Slavery in Africa and the Americas: A Comparative Approach* (Berlin: Lit, 2011), p. 50.


39 Susan Broadhead, “Trade and Politics on the Congo Coast: 1770-1870”, Tese (Doutorado em Filosofia), Boston University, Boston, 1971, p. 146.

lucros de 50% sobre o mesmo negócio. O que mais interessa desse episódio é que Gabriel foi um dos oficiais britânicos que participou da operação.⁴⁰

Como comissário, Gabriel substituiu George Clinton, cujo mandato tinha se caracterizado pela má vontade do governo de Luanda em relação ao trabalho da Comissão Mista, que advinha do poder dos traficantes no aparato político e administrativo da cidade. De acordo com Clinton, que morreu em circunstâncias suspeitas após se tornar amigo de Arsênio Pompílio Pompeu de Carpo, um dos maiores traficantes de Luanda, os problemas teriam começado já com a instalação da comissão. Em suas palavras, “há muitas salas à disposição do governo bem adaptadas para as sessões da comissão”, mas “o governo desta colônia tem adiado [a permissão para o uso delas] semana após semana”.⁴¹ Subsequentemente, Clinton iria dizer em relação aos receios gerados pela ação antitráfico: “Não há ninguém em Luanda que queira ou que talvez possa assumir o cargo de inspetor”.⁴²

Diferente de Clinton, Gabriel lidou muito melhor com as vicissitudes da vida em Luanda, talvez em razão da experiência acumulada na carreira de oficial da marinha britânica, função que o levou na qual ele provavelmente visitou a cidade várias vezes antes de lá se estabelecer. A seu favor, contou também uma eficiente parceria com o colega George Jackson, um diplomata veterano que já havia ocupado cargos em comissões mistas em Serra Leoa (1828-1832), Rio de Janeiro (1832-1841) e Suriname (1841-1845).⁴³ De certa forma, os dois homens se complementavam:

40 *Annales Maritimes et Coloniales*, n. 37, pp. 716-717 (1838).

41 TNAUK, FO 84/517, fl. 59-61, *Dispatch by Clinton*, 27 abr. 1844. Ver também Anne Stamm, “La Société Créole à Saint-Paul de Loanda dans les Années 1838-1848”, *Revue Française d’Histoire d’Outre Mer*, v. 59, n. 217 (1972), p. 594 .

42 TNAUK, FO 84/517, fl. 61, *Dispatch by Clinton*, 14 maio 1844.

43 Lady Jackson (ed.), *The Diaries and Letters of Sir George Jackson KC H*, Londres: Richard Bentley and Son, 1872, pp. 2-4. Ver também: Leslie Bethell, *The Abolition of the Brazilian Slave Trade: Britain, Brazil, and the Slave Trade*, Nova York: Cambridge University Press, 2009, pp. 129, 149, 202. Ver também Lypka, “The Slave Trade Department”, p. 9; Keith Hamilton, “Zealots and Helots: The Slave Trade: Department of the Nineteenth-Century International Office” in Keith Hamilton e Patrick Salmon (eds.), *Slavery, Diplomacy and Empire* (Portland: Sussex Academic Press, 2009),

por um lado, Gabriel havia acumulado vasto conhecimento sobre a estrutura do tráfico na costa da África devido à carreira naval; por outro, Jackson tinha largo domínio da face brasileira do tráfico, em virtude do posto que havia ocupado na comissão mista do Rio de Janeiro.⁴⁴

Nos anos 1850, Gabriel e Jackson emergiriam como figuras centrais nas batalhas contra o comércio de escravos, escrevendo despachos diplomáticos e relatórios anuais que serviriam de esteio para a formulação de políticas pelos mais altos escalões do Estado britânico. Seus despachos se caracterizavam pelas críticas ácidas aos vínculos das autoridades de Luanda com os traficantes de escravos da cidade. Numa ocasião, acusaram um governador de Angola de jantar regularmente com Francisco Antonio Flores, um magnata do tráfico de nacionalidade brasileira.⁴⁵ Noutra, a acusação recaiu sobre o governador Visconde Pinheiro, que teria aceitado uma doação em dinheiro de traficantes. “Entre os doadores encontram-se os nomes de Francisco Antonio Flores, Francisco Barboza Rodrigues, um dos falidos traficantes de escravos de 1851, e vários outros do mesmo timbre.”⁴⁶

Quanto ao imbróglio envolvendo o príncipe Nicolau, com Jackson já de volta à Grã-Bretanha, Gabriel se tornaria o principal protagonista britânico. A apuração dos fatos revelou que teria escrito uma carta ordenando ao administrador da feitoria britânica no Quissembo que desse acolhida a Nicolau. Teria sido responsável por uma segunda carta, espécie de salvo-conduto, que dava ao príncipe africano o direito de embarcar num dos cruzadores antitráfico britânicos.⁴⁷ As cartas deveriam

pp. 29-30; Jennifer Nelson, “Liberated Africans in the Atlantic World: The Courts of Mixed Commission in Havana and Rio de Janeiro, 1819-1871”, Tese (Doutorado em Filosofia), The University of Leeds, Leeds, 2015, pp. 57-59. Para Jackson no Rio, ver Farida Shaikh, “Judicial Diplomacy: British Officials and the Mixed Commission Courts” in Hamilton e Salmon, *Slavery, Diplomacy and Empire*, p. 53.

44 Lypka, “The Slave Trade Department”, p. 9.

45 TNAUK, FO 84/902, fl. 480-484, *Translation of letter by Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos*, 20 maio 1853; FO 84/932, fl. 88-90v, *Dispatch by Gabriel and Jackson*, 31 mar. 1854.

46 TNAUK, FO 84/932, fl. 88-90v, *Dispatch by Gabriel and Jackson*, 31 mar. 1854.

47 TNAUK, FO 84/1105, *Report of British Consul Henry Huntley*, 20 abr. 1860.


ser usadas na eventualidade de uma reação do governo de Luanda à carta que o príncipe tinha publicado no *Jornal do Comércio*, de Lisboa, contra a política portuguesa no reino do Congo.

Diplomacia brasileira

Outro elemento-chave para entender o drama que tomou conta da vida de Nicolau foi sua relação com Saturnino de Souza e Oliveira. Diplomata brasileiro que teve grande destaque no cenário social e cultural de Luanda, Souza e Oliveira era um sujeito cheio de predicados. Colecionador amador de arte africana, ele foi nomeado membro de um conselho encarregado de criar um museu em Luanda.⁴⁸ Tinha ambições literárias, pois sabe-se que pelo menos uma peça da sua autoria foi encenada num dos teatros daquela cidade.⁴⁹ Depois de seu casamento com uma luandense, ganhou fluência no quimbundo e escreveu uma gramática dessa língua em coautoria com Manoel Alves de Castro Francina, um militar e professor que também foi curador assistente de um conselho encarregado de fiscalizar os libertos em Luanda.⁵⁰ De sua pena saíram dois estudos sobre as epidemias de varíola que assolaram Luanda na década de 1860.⁵¹ Em 1868, já no final

48 “Ofício de Saturnino de Souza e Oliveira em 28 de fevereiro de 1860”, *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática*, ano 18, n. 34 (2019), p. 537.

49 *Jornal do Comércio*, 26 fev. 1860, p. 1.

50 Embora o casamento de Saturnino de Souza e Oliveira com uma mulher africana seja referido em diferentes estudos, nenhum deles informa o nome da esposa do médico. A mesma ausência é sentida nos estudos que tratam do filho do casal, reconhecidamente mestiço, Carlos Saturnino de Souza Oliveira. O silêncio retumbante sobre essa personagem é, no mínimo, uma provocação para novas pesquisas. Sobre Carlos Saturnino ver: Helena Wakim Moreno, “Voz d’Angola clamando no deserto: protesto e reivindicação em Luanda (1881-1901)”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 58 . Ver também Júlio de Castro Lopo, *Dois Brasileiros na Capital de Angola*, Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1962, p. 25. “Minute of the board of Superintendence on May 1 1861”, *Accounts and Papers*, v. LXI, p. 44 (1862).

51 Saturnino de Souza e Oliveira, *Considerações sobre a epidemia de 1860 em Loanda*, Luanda: Imprensa do Governo, 1862; Saturnino de Souza e Oliveira, *Relatório Histórico da Epidemia de Varíola que grassou em Loanda em 1864*, Lisboa: Typographia

da vida, fundou em Luanda o Liceu Angolense, uma escola secundária para meninos que atendia estudantes internos e externos.⁵²

Souza e Oliveira havia se formado em medicina no Rio de Janeiro, onde chegou a exercer a profissão de médico antes de ser nomeado cônsul em Angola. Em Luanda, retomou a carreira antes mesmo de tomar posse no consulado brasileiro, enquanto aguardava a emissão do *exequatur* pelo governo português.⁵³ Após deixar o posto diplomático, a medicina voltaria a ser sua principal ocupação. Em 1862, um anúncio no *Boletim Oficial de Angola*, único periódico da cidade, informava que atendia no consultório instalado em sua casa das 7h às 9h da manhã. Atendimentos domiciliares eram feitos a qualquer hora do dia. O valor das consultas era “o equivalente ao que os médicos recebiam [por tais visitas] no Brasil”. Os pobres da cidade eram tratados gratuitamente.⁵⁴ A medicina deu ao brasileiro não só recursos materiais, como também respeito e contatos. Foi exercendo a profissão, por exemplo, que conheceu Manuel Francina, seu coautor na gramática de quimbundo, cuja esposa foi sua paciente. Também foi através da medicina que teria conhecido o seu mais famoso paciente: Nicolau de Água Rosada.⁵⁵

Ao invés de retornar ao Brasil depois de deixar o posto de cônsul, Souza e Oliveira fixou residência na terra adotiva, ganhando ainda mais visibilidade devido ao trabalho voluntário realizado durante a epidemia de varíola que assolou Luanda em 1864.⁵⁶ A epidemia custou a vida de

Universal, 1866. Ver também Maria Carlota Rosa, *Um brasileiro, um angolano e uma gramática do quimbundo*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2020, pp. 15-22.

52 Lopo, *Dois brasileiros na capital de Angola*, p. 24.

53 Boletim Oficial Governo Geral da Província de Angola (BOGGPA), n. 645, 6 fev.1858, p. 12.

54 BOGGPA, n. 858, 5 mar. 1862, p. 86. No ano seguinte, ele postou outra nota para anunciar que seu endereço havia mudado, mas que seu horário de atendimento continuava o mesmo. Veja BOGGPA, n. 26, 27 jun. 1863, p. 206.

55 BOGGPA, n. 665, 26 jun. 1858, p. 14; “Ofício de Saturnino de Souza e Oliveira em 29 de março de 1860”, p. 538.

56 Além da remoção de Souza e Oliveira do cargo de cônsul, a chancelaria imperial “determinou o rebaixamento da representação consular brasileira em Luanda ao nível de vice-consulado, subordinando-a ao consulado de Lisboa”. Ver Frederico Antonio Ferreira, “Entre velhos e novos paradigmas: Saturnino de Sousa e Oliveira e

mais de 1.500 pessoas na capital e, “em toda colônia, incluindo o gentio, para cima de 25.000”.⁵⁷ Foi chefe de um hospital de campanha criado para atender as vítimas da epidemia, ocasião em que cuidou de pacientes e gerenciou doações de alimentos.⁵⁸ Teve o esforço reconhecido, ganhando elogios pelo trabalho voluntário “incansável” e “assíduo” até do governador José Baptista de Andrade, que teria contatado Lisboa para solicitar que o brasileiro fosse compensado com remuneração do Estado português devido à atuação “nobre e humanitária” durante a crise sanitária.⁵⁹

Seria impossível entender a trajetória luandense de Souza e Oliveira sem o background carioca. Antes de ser nomeado cônsul em Luanda, fez parte de grupos que defendiam o fim do tráfico e chegou a ocupar a função de editor de *O Philantropo*, jornal antiescravista publicado entre 1849 e 1852 no Rio de Janeiro. Segundo Beatriz Mamigonian, *O Philantropo* fazia parte da “campanha para formar uma opinião [pública] favorável à abolição do tráfico de escravos e à abolição gradual da escravidão”.⁶⁰ O periódico tornou-se um canal oficial da Sociedade contra o Tráfico de Escravos e a Promoção da Colonização e Civilização dos Povos Nativos, que defendia não apenas o fim da escravidão mais também a imigração europeia e a “civilização dos povos indígenas”.⁶¹ Souza e Oliveira, que foi membro desta sociedade, parecia de fato cultivar ideais abolicionistas. Além disso, também cultivava ideários mais ousados a respeito das potenciais relações do Brasil com o continente africano no contexto do fim do tráfico de escravizados.


a reabertura do consulado brasileiro em Luanda (1857-1860)”, *Cadernos do CHDD*, ano 18, n. 34 (2019), p. 510.

57 Lopo, *Dois brasileiros na capital de Angola*, p. 23.

58 BOGGPA, n. 31, 30 jul. 1864, p. 259.

59 BOGGPA, n. 49, 3 dez. 1864, p. 456. Ver também Gilberto Guizelin, *Dois Cônsules de sua Majestade Imperial em Luanda: Relações Brasil-Angola, de Ruy Germack Possolo a Saturnino de Souza e Oliveira (1822-1861)*, São Paulo: Hucitec, no prelo, p. 247.

60 Mamigonian, *Africanos livres*, p. 350

61 Saturnino de Souza e Oliveira, ver Kaori Kodama, “Os debates pelo fim do tráfico no periódico *O Philantropo* (1849-1852)”, *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 56 (2008), pp. 407-430 ; Tâmis Parron, *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 207-208, 288.

A nomeação para o posto de cônsul em Luanda veio no bojo dos esforços do governo brasileiro para evitar a retomada dos embarques de cativos de Angola para o Brasil. Segundo autoridades brasileiras, a reabertura do consulado era necessária para manter o governo imperial a par de qualquer tentativa de se restabelecer o tráfico transatlântico de escravos.⁶² A estratégia reconhecia o papel de Angola enquanto base logística do tráfico, então voltado principalmente para Cuba, mesmo sem ser um ponto específico de embarques, que se faziam em praias mais ou menos desertas. Com efeito, treze anos após a lei de 1850, o combate ao tráfico ainda era visto como estratégico pelos diplomatas brasileiros em Luanda. Naquele ano, num anúncio no *Boletim Oficial de Angola*, o consulado assinalava que “os cônsules vedarão em que os súditos imperiais não se ocupem do tráfico de africanos vedados pelas leis do Império”.⁶³

Evidências de que a postura antitráfico era política de Estado brasileira são abundantes. Além de trabalhar em estreita colaboração com as autoridades britânicas em Luanda, o primeiro diplomata nomeado para o consulado na capital de Angola – Hermenegildo Niterói – foi instruído a investigar a possível conivência do novo governador de Angola, Visconde Pinheiro, com traficantes de escravos.⁶⁴ Niterói, que sequer deixou o Brasil para ocupar o cargo em Luanda, havia anteriormente servido como comissário na comissão mista de Serra Leoa, onde ganhou fama de aliado de traficantes. A reputação influenciou a forma como os comissários britânicos reagiram à sua nomeação: “não deixaremos, é claro, de ficar de olho na sua conduta e esperamos sinceramente que esta prove ser adequada para eliminar qualquer impressão menos favorável que possa ter havido a seu respeito nos anos anteriores, como tendo

62 *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros em 1855*, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855, p. x. Ver também Guizelin, *Dois Cônsules de sua Majestade Imperial em Luanda*.

63 BOGGPA, n.2, 10 jan. 1863.

64 Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), maço 252-4-6 (parte 1), *Ofício para o Futuro Cônsul do Brasil, em Luanda*, [ca.1855].

vido muito inclinado para o lado de seus compatriotas envolvidos no tráfico de escravos”.⁶⁵

Logo que chegou a Luanda, para evitar mal-entendidos, Souza Oliveira procurou dar provas cabais de sua adesão ao ideário antitráfico. Numa das primeiras missivas trocadas com Gabriel, o diplomata brasileiro dizia ser “um inimigo convicto do comércio de escravos, e que tem instruções de seu governo para manter uma vigilância estrita sobre os procedimentos de quaisquer partes suspeitas de estarem envolvidas naquele tráfico”.⁶⁶ Mais tarde, forneceu informações sobre os planos “tramados por partidos em Angola para introduzir escravos no Brasil, desembarcando-os na Guiana, e depois removendo-os por terra para o Pará e outras províncias do norte daquele império”.⁶⁷

Mas o foco de Souza Oliveira se estendia para além do comércio de cativos. Escreveu um memorando aos superiores sugerindo que o governo brasileiro mediasse as disputas entre Portugal e Grã-Bretanha em relação a Ambriz.⁶⁸ Nutria particular interesse pela cena política de Luanda, onde grupos nativistas se opunham às ações antitráfico de Portugal sob o argumento de que seriam uma espécie de colonialismo velado.⁶⁹ As reuniões com nativistas estariam na origem dos rumores de ter sido enviado do Brasil numa missão cujo objetivo seria desestabilizar o controle português de Angola. De tão intensos, os rumores chegariam aos ouvidos do governador de Angola, José Rodrigues Coelho do Amaral, inimigo declarado do diplomata brasileiro. Segundo Coelho do Amaral,

65 TNAUK, FO 84/906, fl. 141-143, *Dispatch by Gabriel and Jackson*, 20 abr. 1855, Posteriormente, Gabriel e Jackson informaram a Londres que Niterói ainda não havia chegado a Luanda. Ver: TNAUK, FO 84/906, fl. 315-317, *Dispatch by Gabriel and Jackson*, 25 ago. 1855.

66 TNAUK, FO 84/1043, fl. 111-112, *Dispatch by Gabriel*, 29 jan. 1858.

67 TNAUK, FO 84/1074, fl. 1-2, *Draft of letter to Edmond Gabriel*, 22 jan. 1859, Ver também: Guizelin, *Dois Cônsules de sua Majestade Imperial em Luanda*, pp. 229-240.

68 Guizelin, *Dois Cônsules de sua Majestade Imperial em Luanda*, p. 218.

69 Jacopo Corrado, “The Rise of a New Consciousness: Early Euro-African Voices of Dissent in Colonial Angola”, *e-Journal of Portuguese History*, v. 5, n. 2 (2007), pp. 1-15 ☒.

Souza Oliveira seria “o instigador de aspirações independentistas que germinaram aqui nas mentes dos nativos”.⁷⁰

Para se defender das suspeitas de sedição, Souza e Oliveira fez insinuações contra o comissário britânico e relativizou sua proximidade com Nicolau de Água Rosada. A bem da verdade, é possível que as suspeições tivessem alguma relação com os intentos de Souza Oliveira – mal-sucedidos, diga-se de passagem – de promover relações comerciais dinâmicas entre o Brasil e Angola. Em 1858, chegaria a propor a criação de uma companhia de navegação que permitisse viagens regulares entre as cidades de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Luanda e Cabinda.⁷¹ É possível que a aproximação de Souza Oliveira com um príncipe do Congo fosse uma estratégia para o acesso às potencialidades econômicas do baixo Congo, bem conhecidas de negociantes brasileiros como Francisco Flores, que diante da iminência do fim do tráfico, passou a investir em plantação de algodão e mineração de cobre na região.⁷²

Água Rosada

A escolha de Nicolau de Água Rosada para viajar a Lisboa como emissário em 1845 ilustra o quanto o reino do Congo estava enfraquecido por dissensões internas na fase final do tráfico atlântico. Poucos anos antes, o rei congo, Henrique II, pai do príncipe, tinha enfrentado uma revolta que custou a vida de centenas de pessoas.⁷³ A pedido dos portugueses, o soberano tinha se comprometido a enviar a Lisboa seu filho mais velho, Álvaro. No entanto, quem acabou indo foi o jovem Nicolau – então um adolescente

70 AHA, cód. 69, fl. 59-62, *Ofício do Governador de Angola*, 9 mar. 1860.

71 Ferreira, “Entre velhos e novos paradigmas”, p. 509.

72 “Ofício de Saturnino de Souza e Oliveira em 29 de março de 1860”, pp. 555-556.

73 “Carta do Rei do Congo, 30 de agosto de 1845” *apud* Antônio Brásio, *Spiritana Monumenta Historica, 1: Angola*, Pittsburgh: Duquesne University; Louvain: E. Nauwelaerts, 1966, v. 1: 1596-1867, pp. 25-27. Veja também Thornton, “Master or Dupe?”, p. 118; Sapede, “Le roi et le temps”, p. 429.

de quinze anos – “por motivos políticos trazidos por famílias em minha corte”.⁷⁴ Considerando o cenário da disputa sucessória e interesses mais imediatos, é possível que Henrique II tenha preferido manter seu filho mais velho por perto, podendo contar, caso fosse necessário, com sua assistência e experiência no trato com os brancos. Naquela altura, Álvaro já tinha sido encarregado de missões importantes. Em 1843, esteve à frente de uma embaixada que retornou ao Congo com o cônego luandense Francisco das Necessidades. Enviado para sacramentar a coroação de Henrique II, o religioso acabou por assumir um papel importante na formação dos irmãos Álvaro e Nicolau.⁷⁵ Não por acaso, o sacerdote negro foi um dos acompanhantes do príncipe na viagem ao Reino.⁷⁶


A viagem se deu nos quadros de um tratado proposto pelos portugueses, no mesmo ano de 1845, que continha itens caros para a agenda política de Henrique II. Das cláusulas, constava a expansão do cristianismo, a restauração de templos católicos, assim como o envio de missionários para o reino. Desde o século XVI, como o assinala o historiador John Thornton, os governantes do Congo tinham adotado o cristianismo como uma religião de Estado e instrumento de legitimação do poder real.⁷⁷ A estratégia não deixava de ser uma defesa contra as forças centrífugas do tráfico atlântico, que favoreciam o poder de elites costeiras em detrimento do poder dinástico agora representado por Henrique II.

Ao assinar o tratado, portanto, o intuito inicial do soberano era se fortalecer politicamente nas disputas internas do reino, não fazer uma objeção visceral à venda de escravizados para as Américas. Segundo o historiador Thiago Sapede, Henrique II teria até instruído Água Rosada a pleitear a continuação do comércio de escravos com a rainha portuguesa,

74 Bontinck, “Notes Complémentaires”, p. 106; Sapede, “Le roi et le temps”, p. 435.

75 Bontinck, “Notes Complémentaires”, p. 105.

76 Bontinck, “Notes Complémentaires”, p. 107.

77 Ver, entre outros: John Thornton, “The development of an African Catholic Church in the Kingdom of Kongo, 1491-1750”, *Journal of African History*, v. 25, n. 2 (1984), pp. 147-167 ; e *The Kongolese Saint Anthony: Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement, 1684-1706*, Nova York: Cambridge University Press, 1998.

d. Maria II.⁷⁸ O que imperava era a preocupação com a integridade institucional do reino. Nesse sentido, particularmente reveladora foi uma cláusula do tratado que estabelecia que tropas portuguesas fossem posicionadas em Ambriz para “defendê-lo com suas armas e apoio”, se ele fosse atacado “por vizinhos na corte [real]”.⁷⁹

Enquanto Henrique II via o tratado de 1845 pelo prisma da turbulenta política interna do Congo, os portugueses tinham em mente o quebra-cabeças geopolítico da África Centro-Occidental. Para eles, o essencial era evitar que a Grã-Bretanha usasse a campanha contra o tráfico como justificativa para questionar as pretensões de Portugal de soberania territorial em regiões como Ambriz, Cabinda e Molembo. Daí a importância da cláusula do tratado que dava a Portugal o direito de ocupar Ambriz, que era um ponto nodal não só do tráfico como também da economia pós-tráfico que estava por emergir. Daí também a importância da cláusula na qual Henrique II se comprometia a coibir embarques de cativos em territórios sob o seu controle.

As preocupações de Portugal tinham origem na crescente agressividade das operações navais britânicas contra o tráfico na costa da África. Mesmo antes do tratado anti-tráfico que Portugal assinou com a Inglaterra em 1842, cruzadores britânicos já haviam entrado nos portos de Luanda para investigar a presença de navios negreiros.⁸⁰ O tratado levaria a um aumento substancial de operações contra o tráfico. O número de cruzadores ingleses passou de treze em 1843 para trinta em 1847, gerando vários episódios de alegada violação da soberania portuguesa na costa de Angola.⁸¹

78 Sapede, “Le roi et le temps”, p. 447.

79 “Acordo do Rei do Congo a 26 de Junho de 1845” *apud* Brásio, *Spiritana, 1: Angola*, v. 1, pp. 23-24.

80 Arquivo Geral da Marinha (AGM), Rio de Janeiro, cx. 31, *Relatório do Comandante do Brigue Charybolis*, 6 set. 1835. Para episódio semelhante na África Oriental, ver Harries, “The Hobgoblins of the Middle Passage”, p. 35.

81 Broadhead, “Trade and Politics on the Congo Coast”. p. 146. Para incidentes com navios de guerra britânicos, ver AHA, cód. 522, fl. 172v-174, *Edital do Governador Interino de Benguela*, 25 maio 1843; cód. 261, fl. 12-12v, *Portaria da Secretaria*

Para decepção dos portugueses, no entanto, Henrique II acabou por abandonar a cláusula do tratado que o obrigava a proibir embarques de cativos nos seus territórios. No fundo, a decisão refletia a circunstância de um soberano desprovido de força política para fazer valer o que havia sido acordado com os portugueses. Para se justificar, ele invocou o fato de que a riqueza dos súditos dependia de “escravos obtidos em guerras ou como tributo pago por pessoas que negociavam escravos”.⁸² Assim, admitia, implicitamente, a influência política de chefias provinciais que lucravam com o tráfico interno, seja através da cobrança de impostos na passagem de caravanas de cativos, seja com os embarques deles. A reação portuguesa veio numa retórica dura: “os tratados existentes entre Portugal e as nações europeias não permitem um comércio tão ultrajante” e tornavam imperativo a suspensão dos embarques de cativos na costa.⁸³ Em resposta ao argumento incisivo, ouvidos moucos.

Na altura em que Henrique II anulou unilateralmente a cláusula antitráfico do tratado, seu filho mais novo já tinha chegado a Lisboa, sendo recebido pela rainha d. Maria II e “tratado com atenções régias, cuidadosamente educado, mimado com luxos e nomeado coronel honorário dos lanceiros da rainha”.⁸⁴ A audiência do jovem príncipe do Congo com a soberana de Portugal, em novembro de 1845, foi eternizada em uma litografia de Pedro Augusto Guglielmi (Figura 2), que aliás também fez o retrato de Arsênio Pompeo de Carpo, outro personagem famoso – ou melhor, famigerado – no contexto dos últimos anos do tráfico.⁸⁵

de Governo da Marinha e Ultramar, 20 jun. 1843; cód. 454, fl. 76-76v, *Ofício do Secretário de Governo de Benguela*, 18 out. 1843. Ver também “Portaria ao Governo Geral de Angola de 12 de outubro de 1843”, *Annaes Maritimos e Coloniaes*, n. 11, 3ª série, parte oficial (1843), p. 294.

82 AHU, SSA, pasta 8, *Carta de Joaquim de Castro*, 7 jul. 1845. Ver também Thornton, *A History of West Central Africa*, pp. 343-344.

83 AHA, cód. 262, fl. 40v-41v, *Portaria do Ministério da Marinha e Negócios do Ultramar*, 26 jan. 1847.

84 TNAUK, FO 84/1105, *Dispatch by Henry Huntley*, 20 abr. 1860; Sapede, “Le roi et le temps”, p. 437.

85 Pedro Augusto Guglielmi, *Arcenio P. P. de Carpo*, Lisboa: Off. Lith. R. N. dos Mátyres, n. 12 e 14, 1846 ☒.

O belíssimo traje do jovem e garboso príncipe suporta vários signos do poder e da cultura do Congo, mas também apresenta vários elementos que remetem às diferentes dimensões das relações entre sua terra natal e o Ocidente, a exemplo dos vistosos tecidos utilizados para confecção do vestuário e da imponente cruz da Ordem de Cristo.⁸⁶

Nicolau passaria a maior parte do tempo num estabelecimento de ensino em Coimbra, reforçando o aprendizado do português e adquirindo noções de francês.⁸⁷ A propósito da estadia em Portugal, um diário lisboeta a considerou “de grande utilidade para a sua educação”, mas manifestou dúvidas se iria promover os interesses de Portugal na África.⁸⁸ O pragmatismo escancarado tinha um fundo de verdade. De certa forma, ecoava dúvidas que integrantes da elite crioula de Luanda já tinham alinhavado em relação à viagem de Nicolau a Portugal.⁸⁹

Por volta de 1847, já de volta a Luanda, o príncipe congolês se tornaria hóspede do governo português em Luanda enquanto a viagem de retorno para o Congo era organizada. Para tanto, obteve alojamento e apoio financeiro para si e uma pequena comitiva.⁹⁰ Porém,

86 Uma análise acurada do traje de Nicolau pode ser encontrada em Sapede, “Le roi et le temps”, pp. 438-439. Sobre as vestimentas e insígnias da elite do Congo ver: Cécile Fromont, “Tecido estrangeiro, hábitos locais: indumentária, insígnias Reais e a arte da conversão no início da Era Moderna do Reino do Congo”, *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 25, n. 2 (2017), pp. 11-31 [DOI](#).

87 Bontinck afirma que Água Rosada estudou em Coimbra. Ver Bontinck, “Notes Complémentaires”, p. 107. Ver também Sapede, “Le roi et le temps”, p. 435, 442. É possível que Nicolau tenha iniciado o estudo do português ainda no Congo, sob a orientação do preceptor que o acompanhou a Lisboa, o padre António das Necessidades. Mas é pouco provável que isso tenha dado base suficiente para que frequentasse os cursos universitários de Coimbra. Além disso, seu nome não consta nos livros de matrícula de estudantes preservados no arquivo da universidade. No entanto, é plausível que Nicolau tenha feito cursos no Liceu Nacional de Coimbra, criado em 1836, ou, como sugere Sapede, no Instituto Real Africano, igualmente vinculado à universidade e erigido em 1827. Sobre a relação de Nicolau com António das Necessidades, ver Sapede, “Le roi et le temps”, p. 433.

88 *O Jardim Literário: Semanário de Instrução e Recreio*, n. 23 (1848), p. 182.

89 Joaquim Alves de Carvalho e Menezes, *Demonstração Geographica e Politica do Territorio Portuguez na Guine Inferior que abrange o Reino de Angola, Benguella, e suas Dependências*, Rio de Janeiro: Typographia Classica de F. A. de Almeida, 1848.

90 AHA, cód. 167, *Ofício do Secretário de Governo de Angola*, 5 abr. 1847; cód. 167; *Ofício do Secretário de Governo de Angola*, 3 ago. 1847.

pediu para ficar em Luanda ao invés de retornar à terra natal, o que foi prontamente recusado pelo governador de Angola, que provavelmente não via nenhuma vantagem imediata na permanência de Nicolau em Luanda. Prevista como definitiva, a estadia no Congo terminaria por ser relativamente curta, no máximo um ano, logo seguida do seu retorno à capital de Angola.⁹¹ Pairam dúvidas sobre o porquê do regresso. Segundo o então governador de Angola Adrião Silveira Pinto, teria sido ocasionado pela “diferença de costumes e o risco de vida pelo fato de que aqueles que viviam com seu pai tinham reservas quanto à educação que ele recebera em Lisboa e achavam perigosa a sua presença”.⁹² Dez anos mais tarde, numa carta destinada ao imperador brasileiro Pedro I, na qual o príncipe africano não fazia qualquer menção às supostas animosidades – pelas razões que serão esclarecidas a seguir –, o desejo de prosseguir os estudos é apresentado como justificativa para seu retorno à capital de Angola.⁹³

De volta a Luanda, Água Rosada pleiteia um emprego na administração local para obter “os meios de subsistência e melhorar a sua educação”.⁹⁴ E, de fato, parece ter aproveitado sua estadia em Luanda para dar continuidade aos estudos. Sob a orientação de João Januário Viana de Rezende, cirurgião-mor angolano e tutor nomeado pelo governo de Angola, fez “grandes avanços na língua francesa, na física, na geometria e no design”.⁹⁵

91 AHA, cód. 167, *Ofício do Secretário de Governo de Angola*, 10 ago. 1847. Para a informação de que Água Rosada pretendia regressar ao Congo logo após a sua chegada a Luanda, ver Sapede, “Le roi et le temps”, p. 444.

92 AHU, SSA, pasta 16, *Ofício do Governador de Angola*, 29 jan. 1850; Sapede, “Le roi et le temps”, p. 447.

93 Segundo Bontinck, antes mesmo de regressar a Luanda, o príncipe já havia escrito cartas ao governador de Angola, Adrião Silveira Pinto, solicitando o regresso a Luanda para prosseguir seus estudos. AHA, cód. 167, *Ofício do Secretário de Governo de Angola*, 10 ago. 1847, Ver também Wheeler, “Nineteenth-Century African Protest in Angola”, p. 43; AHI, 238/2/1, *Carta anexo ao Memorando de 08/09/1859*. Agradecemos a Frederico Ferreira pela cópia da carta de Nicolau de Água Rosada enviada a Pedro II.

94 AHU, SSA, pasta 16, *Extrato da Sessão da Junta da Fazenda de Angola*, 4 jan. 1850.

95 Bontinck, “Notes Complémentaires”, p. 107.

Mas Nicolau tinha projetos mais ousados e, nesse sentido, a carta destinada a Pedro II, em agosto de 1857, é bastante esclarecedora. Na correspondência ele mencionou duas tentativas – ambas negadas – de voltar a Lisboa para completar seus estudos. Na missiva, que era na verdade um pedido de asilo, Nicolau demonstrava seu interesse em dar continuidade aos estudos no Brasil, explicitando sua atração pela carreira militar e científica e, ainda, se colocando como candidato a futuro auxiliar e negociador dos interesses comerciais brasileiros em sua terra natal “vasta e riquíssima, região virgem de largas e proveitosas explorações”.⁹⁶ A missiva pedia proteção e auxílio, mas também oferecia vantagens – reais ou imaginárias – fazendo crer que de fato Nicolau se via como um potencial e legítimo representante de sua terra natal.

Embora aparentemente *sui-generis*, a trajetória do príncipe congolês tinha precedentes. No século XVI, soberanos do Congo já haviam enviado membros da família real e emissários para Lisboa e o Brasil.⁹⁷ No início do século XIX, como demonstra Thiago Sapede, o rei do Congo, Garcia V, enviou três jovens membros da nobreza congoleza para serem educados em Luanda, um dos quais se mostrou tão dedicado que uma possível estadia de estudos em Lisboa chegou a ser cogitada.⁹⁸ Nos anos 1860, dois outros membros da família real congoleza – d. Álvaro e d. Pedro – seriam educados num colégio interno da capital de Angola.⁹⁹

Além dos estudos, a vida luandense de Nicolau girava em torno do emprego na administração colonial. Começou num cargo provisório de escrivão na Junta da Fazenda de Luanda, mas em 1856, após uma

96 AHI, 238/2/1, *Carta anexo ao Memorando de 08/09/1859*.

97 Sobre os jovens nobres congolezes educados em Lisboa no século XVI, ver: Charles Boxer, *A igreja e a expansão ibérica*, Lisboa: Edições 70, pp. 15-16; A. C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 210-211.

98 Sapede, “Le roi et le temps”, pp. 375-377.

99 António Brásio (org.), *D. António Barroso: missionário, cientista, missiólogo*, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1961, p. 404.

avaliação de mérito, foi nomeado primeiro escrivão da mesma repartição.¹⁰⁰ Como funcionário da administração portuguesa, quase acabou sendo enviado para Mossamedes, no sul de Angola, uma colônia criada com exilados dos conflitos antilusitanos do Brasil. De última hora, no entanto, veria atendido o pedido de ir para Ambriz, sob justificativa de desejar “estar em contato com a sua família no Congo”.¹⁰¹ A motivação apresentada é no mínimo curiosa, considerando que a última visita do príncipe aos seus parentes, no final de 1855, como veremos a seguir, não tinha sido lá muito amistosa.

Do ponto de vista da administração colonial, o príncipe africano não passava de uma peça no xadrez mais amplo da diplomacia lusa com o reino do Congo, ainda em grande medida ordenada em função do objetivo maior de acabar com o tráfico transatlântico de escravizados. É verdade que tal diplomacia havia sofrido um revés com a decisão de Henrique II de não cumprir a cláusula antitráfico do tratado de 1845. No entanto, ganharia fôlego na esteira de uma nova investida, em 1853, quando o governo de Luanda enviou uma carta a Henrique II. Após dois anos, o soberano responderia, dando não só o beneplácito à ocupação de Ambriz – elogiada como “punição” a chefes locais que se recusavam a aceitar o poder centralizado do monarca congolês –, como também prometendo medidas contra o tráfico de escravos.¹⁰²

Aproveitando a conjuntura favorável, o governo de Luanda logo despachou uma delegação para Banza Congo. Buscava provavelmente formalizar a promessa de Henrique II. Da delegação, fazia parte ninguém menos que Nicolau de Água Rosada, cumprindo um papel com forte carga simbólica: validava um projeto congo-português que havia começado onze anos antes, quando o jovem príncipe fora enviado a Portugal, mas também reforçava uma associação com os portugueses que lhe custaria a própria vida quatro anos mais tarde.

100 BOGGPA, n. 541, 9 fev. 1856, p. 7

101 “Ofício de Saturnino de Souza e Oliveira em 28 de fevereiro de 1860”, p. 550.

102 “Carta do Rei do Congo”, BOGGPA, 29 jun. 1855, p. 514.

Os relatos sobre a presença de Nicolau em Banza Congo são díspares. De um lado, o historiador François Bontinck pinta um quadro quase idílico. O príncipe africano teria demonstrado “grande desejo de visitar o pai” e aproveitado a estadia de três meses para discutir “ajudas espirituais e materiais a serem obtidas dos portugueses”.¹⁰³ Mas a realidade parece ter sido bem outra. Segundo o cônsul brasileiro, a reação teria sido tão negativa que o príncipe fugira de volta a Luanda para salvar a própria vida – num episódio semelhante àquele que mais tarde o vitimaria.¹⁰⁴


A suposta fuga de Nicolau só ganha sentido se situada no contexto da crise sucessória que já começava a se avizinhar quando a comitiva portuguesa – Nicolau incluído – chegou a Banza Congo. Diante de um soberano octogenário e fisicamente abatido, dois candidatos tinham emergido como os mais fortes para substituí-lo, Pedro Lefula (Lefula) e Álvaro Dongo (Ndongo).¹⁰⁵ O último, que ostentava o título de marquês do Dongo, era filho de uma irmã mais velha do rei.¹⁰⁶ Seu principal opositor, Pedro Lefula, marquês de Catende, era filho de D. Isabel, outra irmã de Henrique II, porém mais velho do que Álvaro.¹⁰⁷ Os dois eram elegíveis de acordo com a tradição do Congo – embora as regras de sucessão “tradicionais” não fossem impermeáveis às conjunturas políticas –, congregando cada qual no seu entorno grupos e interesses poderosos. Segundo o viajante Bastian, Alvaro Dongo dava sinais de que pretendia recuperar as minas do Bembe.¹⁰⁸ Pedro Lefula era mais próximo e acabou por ser o preferido dos portugueses, como veremos

103 Bontinck, “Notes Complémentaires”, p. 108

104 BOGGPA, n. 539, 5 jan. 1856; AHA, cód. 248, fl. 27v-28, *Ofício do Governador de Angola*, 9 jul. 1856; “Ofício de Saturnino de Souza e Oliveira em 29 de março de 1860”, p. 541.

105 Thornton, “Master or Dupe?”, p. 118; Sapede, “Le roi et le temps”, pp. 118-121.

106 Adolph Bastian, *Ein Besuch in San Salvador, der Hauptstadt des Königreichs Kongo*, Bremen: Druck und Verlag von H. Strack, 1859, p. 147.

107 Arlindo Correia, “Extracto de um relatório do chefe do concelho de D. Pedro 5.º, o tenente Zacharias da Silva Cruz, sobre a sua viagem a S. Salvador do Congo”, [*sítio pessoal*] . Originais publicados no BOGGPA, n. 690 e 691 (1858), n. 692, 695, 696, 701, 702, 710 e 711 (1859).

108 Bastian, *Ein Besuch in San Salvador*, p. 147.

seria responsável pelo envio de cerca de trinta mil “colonos livres do Congo para o Caribe francês entre 1857 e 1860”.¹⁰⁹ Com razão, tanto os portugueses quanto os britânicos viam o esquema francês como um tráfico de escravizados mal disfarçado.¹¹⁰

Daí nasce o apoio militar a Lelo, que teve peso fundamental para sua ascensão como Pedro V, mas ao preço de sua assinatura de um tratado de vassalagem que colocava o reino do Congo em posição subalterna a Portugal. Seria contra essa subalternidade que o príncipe Nicolau se voltaria a escrever uma carta diretamente a d. Pedro V, rei de Portugal, e a publicar um protesto no *Jornal do Commercio* de Lisboa.¹¹¹ Segundo o jovem nobre africano, o documento, assinado por Pedro V, constituía uma “infração à independência nacional [do Congo], bem reconhecida pela história”. Alegava que a vassalagem afrontava os laços históricos entre os dois reinos. Nas palavras de Água Rosada, o reino [do Congo] “é amigo e leal aliado, mas não vassalo, de sua fiel majestade o rei de Portugal”.¹¹²

A partir desse momento, os eventos que levariam ao assassinato de Nicolau se sucederam com relativa rapidez. A notícia do protesto chegou a Luanda em dezembro de 1859, produzindo reações fortes, mas longe de monolíticas. Alguns acusaram o príncipe de defender “a independência daquele país [Congo]”, mas não faltou quem dissesse que ele carecia de consciência política e que nem sequer teria interesse pelos assuntos internos do reino. Tal ponto de vista coincide com o relato de Adolf Bastian, um viajante alemão que se encontrou com Nicolau quando esteve em Luanda, em 1857. Segundo Bastian, que então se preparava

109 Bontinck, “Pedro V, Roi de Kongo”, p. 7.

110 A firma Régis era bem conhecida dos britânicos por seu envolvimento, desde 1841, com o tráfico de escravos, disfarçado de imigração legal, na feitoria de Uidá, na Costa da Mina. Ver: Eliséé Soumonni, “A compatibilidade entre o tráfico de escravos e o comércio do dendê no Daomé, 1818-1858” in *Daomé e o mundo atlântico* (Amsterdam: SEPHIS; Rio de Janeiro: CEAAS, 2001), p. 70.

111 AHI, Anexo 9, Cópia B. *Carta de Souza e Oliveira [Cônsul Geral de Angola]*, 28 fev. 1860.

112 Wheeler, “Angola is Whose House?”, p. 4.

para viajar para Mbanza Congo, o príncipe africano “não tinha nenhum interesse direto na questão do Congo”.¹¹³

Na verdade, evidências de que Nicolau acompanhava a conjuntura congoleza não são difíceis de encontrar. Por ocasião do falecimento do pai, por exemplo, publicou uma nota, no *Boletim Oficial de Angola*, na qual agradecia a todos que tinham ido à sua casa em Luanda prestar condolências.¹¹⁴ Teria também abordado a crise sucessória do Congo em conversas com o amigo brasileiro, o cônsul Saturnino de Souza e Oliveira.¹¹⁵ Por último, na carta protesto publicada em Lisboa, não economizaria nas críticas ao recém-empossado Pedro V. Com indisfarçável sentimento de superioridade, que mal escondia uma talvez incipiente ambição política, acusava o soberano congolês de falta de domínio da língua portuguesa para compreender as implicações do tratado assinado. “O reino do Congo não possui ninguém com a educação necessária para fazer uma declaração pública e solene a esse respeito”. Quem sabe, a única exceção seria ele, Nicolau, um dos mais ocidentalizados membros da nobreza congoleza.¹¹⁶

Considerações finais

Nicolau de Água Rosada parece nunca ter se pronunciado contra ou a favor do comércio de escravos, mas sua história só pode ser entendida a partir de uma perspectiva que situe o fim do tráfico transatlântico de escravizados como elemento central na geopolítica da África Centro-Occidental. Por um lado, os portugueses viam a continuidade da migração forçada através do Atlântico não só como um estorvo ao desenvolvimento de uma economia pautada na agricultura e no comércio lícito em Angola, mas também como uma ameaça direta aos

113 BOGGPA, n. 750, 18 fev. 1860, p. 8.

114 BOGGPA, n. 606, 9 maio 1857, p. 10.

115 “Ofício de Saturnino de Souza e Oliveira em 28 de fevereiro de 1860”, p. 549.

116 Wheeler, “Angola is Whose House?”, p. 4; e “Nineteenth-Century African Protest in Angola”, p. 49.

direitos territoriais que a coroa portuguesa reclamava sobre regiões ao norte de Ambriz. Por outro lado, por meio do deslocamento de substanciais forças navais para o combate antitráfico, não só o governo inglês, como também os franceses e norte-americanos reconheciam a importância e os poderosos mecanismos que davam sustentação ao tráfico de escravos centro-africano. Nesse sentido, a trajetória de Água Rosada ilumina essa história mais ampla a partir dos diferentes níveis e agentes no âmbito econômico, político e diplomático, sendo eles africanos, brasileiros e europeus de diferentes nacionalidades.

De outra parte, a morte violenta de Nicolau de Água Rosada pode ser tomada como uma metáfora das transformações econômicas, sociais e políticas impulsionadas pelo ocaso do tráfico transatlântico de escravizados no contexto africano, em particular na costa norte de Angola e Baixo Congo. Seu assassinato foi uma resposta africana à ocupação militar lusa sobre o Ambriz e o Bembe, que teve como objetivo não só o fim do tráfico como também o controle de uma emergente economia pós-tráfico. Ao refletir tensões criadas pela interferência lusitana na política interna do Congo, o episódio prenuncia uma era de maior exposição de poderes africanos aos avanços do colonialismo europeu.

Após a morte do príncipe africano, não foram poucos – entre autoridades coloniais, estrangeiros e o próprio cônsul brasileiro – os que levantaram dúvidas sobre sua autonomia e capacidades intelectuais, o que incluía o conhecimento da política do Congo. É possível que o menosprezo fosse anterior a sua morte. O protesto contra a subordinação do Congo, de certo modo, poderia também ser expressão do próprio incômodo de Água Rosada com o tratamento que vinha recebendo do governo de Luanda. Nesse sentido, Nicolau de Água Rosada talvez não tenha sido um homem entre dois mundos, mas uma vida – do começo ao fim – que conta um dos lados da história de um mundo em transformação, no qual o reconhecimento da autonomia política e da capacidade individual dos africanos não teria mais lugar. O tempo do fim do tráfico e dos avanços do colonialismo.

Recebido em 13 jun. 2021

Aprovado em 8 nov. 2021

doi: 10.9771/aa.v0i65.45014



O artigo toma como fio condutor a trajetória do príncipe Nicolau de Água Rosada para analisar a conjuntura do tráfico de escravos em Angola e Congo. Em 1845, ele foi como emissário para Lisboa depois de um tratado antitráfico firmado entre Portugal e seu pai, o rei Henrique II. Permaneceu cerca de dois anos em Portugal, e no seu retorno a Angola tornou-se funcionário da administração colonial. Água Rosada alcançou notoriedade ao se manifestar publicamente contra um tratado de vassalagem assinado pelo rei Pedro V em 1859. Paradoxalmente, foi acusado de ser aliado dos portugueses, sendo assassinado em 1860 por africanos contrários ao avanço da presença europeia no baixo Congo. Nicolau nunca se pronunciou contra ou a favor do tráfico de escravos. No entanto, sua trajetória só pode ser entendida a partir de uma perspectiva que situe o tráfico como elemento central da geopolítica da África Centro-Occidental.

Abolição do tráfico de escravos | África Central | Congo | Angola | Nicolau de Água Rosada

***LIFE AND DEATH OF A PRINCE OF THE KONGO:
NICOLAU DE ÁGUA ROSADA AND THE END OF THE SLAVE TRADE
IN WEST-CENTRAL AFRICA***

This article analyzes the end of the transatlantic slave trade in Angola and the Kongo by reconstructing the trajectory of Prince Nicolau de Água Rosada. In 1845, Água Rosada was sent as an emissary to Lisbon by his father, Henrique II, king of the Kongo, after the signing of an anti-slave-trade treaty with Portugal. After about two years in Portugal, he returned to Angola, becoming an official in the colonial administration. The African prince then achieved notoriety for speaking out publicly against a treaty of allegiance signed by King Pedro V of the Kongo in 1859. Yet he was later assassinated by Africans who were opposed to Portuguese expansionist plans in the lower Kongo and saw him as an ally of the Portuguese. While Nicolau never spoke out against or in favor of the slave trade, his life can only be understood from a perspective that considers the slave trade's central role in the geopolitics of West Central Africa.

Abolition of Slave Trade | Central Africa | Kongo | Angola | Nicolau de Água Rosada